Educação ambiental como ferramenta de transformação: práticas pedagógicas e comunitárias para a sustentabilidade e o desenvolvimento regional

Autor(res)

Erika Karla Barros Da Costa
Marlova Cristina Mioto Da Costa
Laís Fernanda Couto Lara Silva
Diego Mendonça Duarte

Categoria do Trabalho

Pesquisa

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE CAMPO GRANDE

Introdução

A crise ambiental contemporânea, marcada pelo avanço do desmatamento, poluição, mudanças climáticas e perda acelerada da biodiversidade, evidencia a urgência de integrar a sustentabilidade como eixo estruturante da educação. Nesse cenário, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU reforçam a importância de ações articuladas entre sociedade, governos e instituições de ensino. A educação ambiental (EA) assume papel central nesse processo, funcionando como instrumento de transformação social ao estimular a conscientização crítica, incentivar práticas de preservação e promover o uso racional dos recursos naturais.
Ao articular escola, comunidade e território, a EA possibilita práticas pedagógicas inovadoras que contribuem para a sustentabilidade e o fortalecimento do desenvolvimento regional. No Brasil, a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) consolida a necessidade de transversalidade dessa temática nos currículos, reforçando sua relevância como ferramenta de construção cidadã. Em Mato Grosso do Sul, onde se encontram biomas estratégicos como Pantanal, Cerrado e Mata Atlântica, a EA desempenha papel vital na mediação entre conservação ambiental e práticas socioeconômicas sustentáveis.
No Brasil, o MapBiomas (2023) aponta que o desmatamento atingiu 1,8 milhão de hectares somente em 2022, afetando diretamente os biomas Pantanal, Cerrado e Amazônia. Esses dados reforçam a necessidade de inserir a educação ambiental como ferramenta de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. O Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC, 2022) alerta que a elevação da temperatura média no país poderá variar entre 1,7 °C e 3,5 °C até 2050, tornando urgente a adoção de práticas educativas críticas e participativas para fortalecer a resiliência comunitária.

Objetivo

Refletir sobre a educação ambiental como instrumento pedagógico e social para o desenvolvimento sustentável, analisando práticas escolares e comunitárias alinhadas à Agenda 2030 (ODS 12, 13 e 15), com ênfase na participação ativa de estudantes e comunidade e na corresponsabilidade ambiental.

Material e Métodos

Este estudo é de natureza qualitativa e descritiva, fundamentado em revisão bibliográfica e na análise de experiências pedagógicas realizadas em escolas estaduais de Mato Grosso do Sul, com foco nos itinerários formativos do eixo técnico de Meio Ambiente.

Foram observadas e registradas práticas pedagógicas de educação ambiental, entre as quais: implantação de hortas escolares, arborização de espaços comunitários, cultivo de hortaliças e frutíferas, realização de palestras e atividades de conscientização ambiental. A coleta de informações ocorreu por meio de acompanhamento sistemático das ações escolares e análise documental das propostas pedagógicas.

As hortas escolares foram consideradas como uma das principais metodologias aplicadas. O processo incluiu planejamento participativo com professores, estudantes e comunidade, definição do espaço, preparo do solo, plantio de mudas e sementes, acompanhamento de irrigação e colheita.

A compostagem de resíduos orgânicos foi registrada como prática complementar, envolvendo o reaproveitamento de resíduos alimentares no ambiente escolar, com o objetivo de reduzir o envio de resíduos ao aterro sanitário e fornecer adubo para as hortas.

Também foram documentadas práticas de arborização em áreas escolares e comunitárias, com participação de estudantes e familiares no plantio de mudas. Além disso, foram observados projetos de coleta seletiva, voltados para a separação de resíduos e redução da produção de lixo.

A análise dos dados seguiu abordagem interpretativa, fundamentada nos princípios da educação ambiental crítica e do desenvolvimento sustentável (Freire, 1996; Jacobi, 2003; Loureiro, 2019).

Resultados e Discussão

Os resultados demonstram que a inserção da educação ambiental no contexto pedagógico e comunitário gera impactos significativos em diferentes dimensões. No aspecto pedagógico, promove maior engajamento dos alunos, aprendizagem significativa e valorização do protagonismo juvenil. Nos efeitos socioambientais, fortalece a consciência crítica e a responsabilidade coletiva em relação ao território. Em termos comunitários, contribui para a integração entre escola e comunidade por meio de ações conjuntas de sustentabilidade. Já no âmbito regional, estimula práticas agrícolas sustentáveis e valoriza a identidade local, aproximando saberes tradicionais da ciência.

Essas práticas dialogam diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2, 4, 12 e 15), ao incentivar segurança alimentar, educação de qualidade, consumo responsável e proteção da biodiversidade. Assim, a educação ambiental se confirma como ferramenta estratégica para enfrentar desafios socioambientais contemporâneos, fortalecendo a formação cidadã e o desenvolvimento regional sustentável.

Um destaque observado foi a implantação de hortas escolares, que aproximam os estudantes do universo do agronegócio e da produção de alimentos. Muitos adolescentes urbanos desconhecem a origem dos alimentos consumidos, e a participação em hortas escolares, feiras agroecológicas e visitas técnicas amplia a compreensão sobre ciclos produtivos e valoriza a agricultura familiar.

Além dos benefícios ambientais e pedagógicos, as hortas apresentam impactos socioemocionais positivos. A participação em atividades de cultivo contribui para reduzir níveis de ansiedade e estresse, melhorar o bem-estar psicológico e fortalecer vínculos sociais. O trabalho coletivo exigido na horta estimula cooperação, solidariedade e respeito mútuo, diminuindo conflitos e situações de bullying.

No contexto brasileiro, programas nacionais e regionais já apoiam a implementação de hortas pedagógicas, arborização e coleta seletiva em escolas públicas. Estima-se que cerca de 28% das escolas desenvolvem algum projeto de horta ligado à alimentação escolar. Em Mato Grosso do Sul, mais de 120 escolas estaduais implantaram hortas e sistemas de compostagem, com resultados que incluem aumento do interesse dos adolescentes por cursos técnicos e superiores na área agropecuária. Tais iniciativas contribuem para aproximar

jovens da realidade do campo, despertar vocações profissionais e reduzir o distanciamento entre áreas urbanas e o setor produtivo.

Conclusão

A educação ambiental, em perspectiva crítica e participativa, mostra-se essencial para integrar práticas pedagógicas e comunitárias em prol da sustentabilidade. Seu fortalecimento vai além da preservação ambiental: promove desenvolvimento regional equilibrado, amplia a cidadania e consolida uma sociedade mais justa e comprometida.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental.
FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, 2003.
LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental: crítica e pedagogia. São Paulo: Cortez, 2019.
LOUREIRO, C. F. B.; TORRES, J. R. Educação ambiental e políticas públicas no Brasil. Rev. Bras. Educ. Ambient., v. 15, n. 2, p. 7-25, 2020.
ONU. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/
BEZERRA, C. L. et al. Compostagem escolar: ferramenta pedagógica para a sustentabilidade. Rev. Bras. Educ. Ambient., v. 13, n. 2, p. 76-90, 2018.
COSTA, J. P. R.; SANTOS, C. M.; MARTINS, R. S. Hortas escolares: integração curricular e comunitária. Rev. Bras. Educ. Ambient., v. 10, n. 1, p. 112-128, 2015.
FERREIRA, M. L.; OLIVEIRA, J. S. Hortas escolares e habilidades socioemocionais. Rev. Educ. Debate, v. 43, n. 2, p. 215-232, 2021.
INSTITUTO AKATU. Relatório sobre Consumo Consciente no Brasil. São Paulo: Akatu, 2021.
IPBES. Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services. 2020.
MAPBIOMAS. Relatório Anual de Desmatamento no Brasil. São Paulo: MapBiomas, 2023.
MEC. Escolas Sustentáveis: Guia para gestores. Brasília: MEC, 2020.
OLIVEIRA, R. A.; ANDRADE, V. A. Arborização urbana participativa em comunidades escolares. Revista Verde, v. 12, n. 4, p. 98-110, 2017.
PBMC. Relatório Especial de Mudanças Climáticas e Cidades. Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, 2022.
SANTOS, A. P.; LOPES, R. C. Educação ambiental e saúde mental em adolescentes. Rev. Bras. Psicologia e Educação, v. 21, n. 1, p. 89-104, 2019.
SILVA, T. R.; SOUZA, P. C. Educação ambiental e agroecologia: a aproximação de jovens ao campo. Rev. Educação, Cultura e Sociedade, v. 10, n. 2, p. 89-103, 2020.
SEMAGRO. Relatório de Projetos Sustentáveis em Escolas Estaduais. Campo Grande: SEMAGRO, 2022.